



360 Graus

Por Jane Godoy • janegodoy.df@abril.com.br

Como vejo o Brasil e o que desejo para este país magnífico

O Brasil é um país magnífico. Aqui há uma enorme diversidade, força e um território incrível. Há grandes diferenças entre paisagens, na sociedade e na economia.

É algo tão único do Brasil, terra de tanta gente, tantas culturas, economias e hábitos.

No passado eu trabalhei com country branding, que é o trabalho de definir como um país se vê e como quer se projetar para o mundo. Trabalhar com isso exige uma abordagem muito sincera da forma com um país analisa a si mesmo. É um ótimo exercício mental para qualquer pessoa. O caso brasileiro não foi um caso simples. Seria samba e futebol? Ou seria o Brasil verdadeiro?

Não é fácil num país como o Brasil encontrar o que o une como país, o que o torna especial e diferente dos outros. É um desafio.

Em 2022 o Brasil passou por uma campanha eleitoral dura, que mostrou alguma polarização na sociedade. Eu desejo que o Brasil e seus líderes encontrem o caminho para unir a sociedade, encontrar o espírito certo que mostre ao mundo a verdade e o denominador comum do país. E, é claro, que mostre ao seu próprio povo porque ele é considerado uma nação feliz.

Tive a oportunidade de viajar para diversos lugares do Brasil nos meus primeiros meses aqui. Para um israelense que vem de um país do tamanho de Sergipe, viajar no Brasil é uma grande experiência. As distâncias são enormes como a variedade de paisagens — da água e da floresta da Amazônia às cachoeiras impressionantes em Foz do Iguaçu (para um israelense que cresceu num país semi-árido,

Arquivo pessoal



ver tanta água é uma experiência única), dos alagados do Pantanal para os campos de soja de Goiás; da urbanização de São Paulo às praias de Itacaré; dos vinhedos de Bento Gonçalves aos centros de alta tecnologia de Florianópolis e Salvador.

E, é claro, o povo, um mosaico

de tantas culturas, características e visões.

No meu ponto de vista não há um único Brasil real, mas muitos brasis reais. E isso depende do observador, de qual Brasil se busca. Seja o que for, provavelmente está em algum lugar por aí, esperando para ser descoberto.

Por isso eu desejo ao Brasil e aos brasileiros, que sejam descobertos da forma que preferirem, da forma que querem ver a si mesmos — a melhor maneira possível em 2023.

Daniel Zonshine
Embaixador do Estado de Israel

LGBTQIA+ / Entre Janeiro a dezembro do ano passado, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF registrou 14 casos a mais de casos de homofobia, em relação ao mesmo período de 2021

A intolerância ainda persiste

» RAFAELA MARTINS

Quase quatro anos após a criação da lei que criminaliza a homofobia no Brasil, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa (CLDF) registrou 36 denúncias de homofobia, entre janeiro e dezembro de 2022, contra 22 casos verificados no mesmo período de 2021.

Levantamento da Secretaria de Segurança Pública (SSP) aponta uma redução de 4,9% nos casos de homotransfobia. No entanto, a SSP recebeu mais registros de denúncias em relação à comissão da CLDF: foram 58 entre janeiro e novembro de 2022, contra 61 no mesmo período de 2021.

Militantes de movimentos LGBTQIA+ ouvidos pelo *Correio Braziliense* acreditam que ainda há um longo caminho a ser percorrido para melhorar as políticas públicas para proteger e favorecer este público na capital do país.

Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 8 votos a 3, equiparar a homofobia ao crime de racismo. A decisão prevê pena de um a três anos de prisão, além de multa. Apesar da norma, o crime está longe de ser erradicado. Militante do coletivo Junt! e da Coletivo Transfeminista (Trafem), Lucci Laporta, de 30 anos, convive com a transfobia de forma escancarada e institucionalizada.

Violência física, familiar e psíquica perpassam a rotina de Lucci, que ainda está se recuperando de um episódio transfóbico, ocorrido em 2022. "Estava mal de saúde mental, procurei ajuda e decidi ficar internada em uma clínica que eu já conhecia, pois anos antes da minha transição, fiz um



tratamento lá. Mesmo a minha família e amigos preparando o local para me receber de uma forma não transfóbica, os funcionários me colocaram na ala masculina, e meu quarto ficava ao lado do banheiro masculino. Eles quiseram me tratar como uma leprosa, me isolaram", disse.

Ao questionar a clínica sobre o tratamento recebido, funcionários do local agiram de forma violenta e despreparada. Abordada

no pronome masculino e pelo nome considerado "morto", Lucci foi impedida de ligar para a família, de entrar em contato com a polícia e de buscar qualquer tipo de ajuda.

"Assim que eu comecei a indagar os funcionários porque eu e outra mulher trans não estávamos na ala feminina, sendo que tinha vaga, eles foram extremamente despreparados. Logo chamaram o enfermeiro de contenção que eles usam para imobilizar os pacientes. Me

trataram como se eu tivesse em um manicômio, não me ouviram", apontou. Em busca de ajuda, Lucci foi vítima do preconceito novamente, e afirma que a situação só piorou seu estado de saúde mental.

Fiscalização

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado distrital Fábio Félix, diz que vai atuar para melhorar a atenção ao público

LGBT. "A gente quer fiscalizar e localizar os problemas, porque falta estrutura e profissionais para atender o público LGBT de forma qualificada. O papel da Comissão de Direitos Humanos é fiscalizar, diligenciar, fazer relatórios e cobrar do governo que algo seja feito", explicou.

Por isso, o deputado destacou que fará uma cobrança direta ao GDF em relação às medidas que não saíram do papel no último governo. Instituir um conselho LGBT,

seguir desenvolvendo políticas de acolhimento como as Repúblicas que são financiadas com emenda parlamentar, e fortalecer a rede de proteção e investigação junto a Polícia Civil, por meio da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (Decrin), e outros, são alguns passos que a CDH pretende focar em 2023.



Me trataram como se eu tivesse em um manicômio, não me ouviram"

Lucci Laporta,
militante de movimentos
LGBTQIA+

Onde denunciar?

Ao todo, quatro meios para recebimento de denúncias são disponibilizados pela PCDF. Confira:

» Denúncia on-line (<https://is.gd/obhveF>)

» Telefone 197 Opção 0 (zero), ou WhatsApp (61) 98626-1197

» E-mail: denuncia197@pcdf.df.gov.br

*Em caso de emergência, acionar a Polícia Militar pelo telefone 190.